

A Construção da Usina Hidroelétrica de Belo Monte: Impactos Jurídico-Sociais



Apresentador: Régis João Nodari¹;

Orientador: Alfredo de Jesus Dal Molin Flores².

Introdução

Esta pesquisa pretende abordar sob a perspectiva dos direitos fundamentais um caso que recentemente ganhou bastante visibilidade na mídia internacional, que diz respeito à construção da terceira maior hidroelétrica do mundo no rio Xingú, localizado na bacia do rio Amazonas, denominada Usina Hidroelétrica de Belo Monte. Existem fortes suspeitas que a construção, a qual vem sendo conjecturada há mais de 30 anos, possa causar impactos sociais e ambientais irreversíveis, como a extinção de espécies únicas à fauna do Xingú, bem como a desalocação de mais de 800 povoados indígenas.

Objetivos

Visou-se nesta pesquisa, portanto, qualificar as questões e controvérsias sobre a construção da hidroelétrica, almejando enquadrar-las sob as perspectivas jurídicas e sociais, imprescindíveis para a sua compreensão adequada.

Metodologia

Pretendeu-se efetuar pesquisas bibliográficas em livros, artigos científicos, relatórios governamentais e afins, bem como as respectivas leis e decisões judiciais. Deste modo, procurou-se estabelecer parâmetros no que tange aos impactos sócio-ambientais, para então se re-

lacionar com as respectivas consequências jurídicas, guiando-as de acordo com uma metodologia tópica e interdisciplinar.

Considerações finais

Com a conclusão das licitações, e o início das obras condicionado à licença ambiental do IBAMA é possível averiguar que as disputas jurídicas não estão próximas de um fim, o que evidencia a necessidade dos estudos e debates nesta área, através de uma metodologia interdisciplinar, que conjugue os diversos tópicos jurídicos com a realidade, de modo que as regras determinantes para o controle constitucional e a ponderação de valores tenham respaldo científico e político para uma correta apreciação das questões suscitadas.

Bibliografia

- VERDUM, Roberto; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira de: Relatório de Impacto Ambiental, 5ª Edição, Editora da Ufrgs, Porto Alegre, 2006.
- CAUBET, Christian Guy. A Água, a Lei, a Política... E o Meio Ambiente? 1ª edição, 3ª tiragem, Curitiba: Juruá, 2006.
- CUSTÓDIO, Helita Barreira. Direito Ambiental e Questões Jurídicas Relevantes, Millennium Editora, Campinas, 2005.
- CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETROBRÁS; Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte: Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, Ministério de Minas e Energia, Brasil 2009
- INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS; Licença Prévia Nº 342/2010, Ministério do Meio Ambiente, Brasil, 2010
- VIEHWEG, Theodor, Topica Y Jurisprudencia, Editora: Taurus Ediciones, Madrid, 1964.
- MACHADO, Paulo Afonso Leme Direito Ambiental Brasileiro 12ª edição, Editora Malheiros, São Paulo, 2004.
- INSTITUTO SOCIO-AMBIENTAL. Especial Belo Monte em <<http://www.socioambiental.org/esp/bm/hist.asp>> acesso em 5 de outubro de 2010.

1 Acadêmico do 4º semestre do curso de Ciências Jurídicas e Sociais da UFRRS;

2 Doutor em Direito e Filosofia pela Universidad de València; Atualmente é professor adjunto de Metodologia Jurídica na UFRRS.